

MARIA ÂNGELA LOPES PAULINO PADILHA
Doutoranda e Mestre pela PUC/SP
Especialista em Direito Tributário pelo IBET/SP
Professora dos Cursos de Direito Tributário do IBET,
da COGEAE-PUC/SP e do IBDT. Advogada.

AS SANÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO

Prefácio de Robson Maia Lins

2015

editora e livraria

NOESSES

Copyright © 2015 By Editora Noeses
Fundador e Editor-chefe: Paulo de Barros Carvalho
Gerente de Produção Editorial: Rosângela Santos
Arte e Diagramação: Renato Castro
Designer de Capa: Aliá3 - Marcos Duarte
Revisão: Vanessa Faullame Andrade

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos, videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial, bem como a inclusão de qualquer parte desta obra em qualquer sistema de processamento de dados. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração. A violação dos direitos autorais é punível como crime (art. 184 e parágrafos, do Código Penal), com pena de prisão e multa, conjuntamente com busca e apreensão e indenizações diversas (arts. 101 a 110 da Lei 9.610, de 19.02.1998, Lei dos Direitos Autorais).

2015



editora e livraria

NOESES

Editora Noeses Ltda.

Tel/fax: 55 11 3666 6055

www.editoranoeses.com.br

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	VII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
PREFÁCIO.....	XXI
INTRODUÇÃO	XXVII
CAPÍTULO 1 - A LINGUAGEM DO DIREITO POSITIVO: NOÇÕES FUNDAMENTAIS	01
1.1. A linguagem como condição para o conhecimento: a concepção do movimento filosófico denominado “giro -linguístico”	01
1.1.1. O conhecimento jurídico	02
1.2. Direito positivo: definição do conceito	04
1.2.1. Sanção, coação e coerção: a sanção coercitiva como elemento distintivo do sistema jurídico em relação a outros sistemas normativos	05
1.3. A hermenêutica jurídica e a teoria dos valores	08
1.3.1. A interpretação dos textos jurídicos	11
1.3.1.1. O percurso gerador de sentido dos textos jurídicos	13

MARIA ÂNGELA LOPES PAULINO PADILHA

- 1.4. O fenômeno da incidência das normas jurídicas: do “dever-ser” não se transita livremente ao “ser” 15

CAPÍTULO 2 - A NORMA PRIMÁRIA SANCIONATÓRIA.....21

- 2.1. A abstração lógica como instrumento eficiente para o estudo do direito positivo..... 21
- 2.2. A norma jurídica em sentido amplo e em sentido estrito23
- 2.3. Norma jurídica completa: norma primária e norma secundária 26
- 2.3.1. A resposta à pergunta: “Existe norma jurídica sem sanção?” 31
- 2.4. A norma primária tributária e a norma primária sancionatória 33
- 2.5. A estrutura lógica da norma primária sancionatória e seus conteúdos de significação 39
- 2.5.1. O fato jurídico “infração tributária” como núcleo do antecedente normativo..... 40
- 2.5.2. A “sanção” como conseqüente normativo..... 42
- 2.6. Síntese meramente didática das normas jurídicas 44

CAPÍTULO - 3 A SANÇÃO NO DIREITO TRIBUTÁRIO 45

- 3.1. Noções do termo *sanção* 45
- 3.2. A sanção na Teoria Geral do Direito..... 50
- 3.2.1. A sanção em Cesare Bonesana (Marquês de Beccaria).. 51
- 3.2.2. A sanção em Hans Kelsen 53
- 3.3.3. A sanção em Norberto Bobbio 56
- 3.3.4. A sanção em Lourival Vilanova 58
- 3.3. A sanção no Direito Tributário..... 60
- 3.3.1. A natureza jurídica da sanção tributária 61
- 3.3.2. Distinção entre sanção e tributo 66

AS SANÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO

3.3.3. Análise da sanção tributária no plano sintático-semântico	71
3.3.4. A sanção em nível geral e abstrato	72
3.3.5. A teleologia das sanções tributárias: análise no plano pragmático	74
3.4. A graduação das sanções no Direito Tributário e a responsabilidade por infrações prevista no art. 136 do CTN	76
3.4.1. Fundamentos em favor da teoria da responsabilidade por infrações objetiva, estatuída como regra geral no art. 136 do CTN.....	80
3.4.2. A objetividade na constatação da infração e temperamentos na cominação da sanção.....	83

CAPÍTULO 4 - OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E AS SANÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO..... 87

4.1. O sistema do direito positivo e as normas jurídicas que demarcam princípios.....	88
4.1.1. Princípio: enfoque sintático	89
4.1.2. Princípio: amplitude semântica do vocábulo – norma jurídica de alta carga axiológica, como valor e como limite objetivo	91
4.2. Os sobreprincípios no sistema constitucional brasileiro ..	94
4.3. Aplicação: entre regras e princípios	95
4.4. Os princípios constitucionais: limitações ao poder sancionador tributário	97
4.5. A permeabilidade de princípios gerais da repressão pelo direito tributário sancionador.....	99
4.6. O sobreprincípio da segurança jurídica.....	101

MARIA ÂNGELA LOPES PAULINO PADILHA

4.6.1. A observância dos princípios da legalidade e da tipicidade no desenho da norma primária sancionatória e na constituição do fato jurídico infracional.....	103
4.6.1.1. As medidas provisórias e os atos regulamentares como instrumentos normativos inaptos para a tipificação de infrações e imposição de penalidades.....	109
4.6.2. O princípio da irretroatividade.....	112
4.6.2.1. A retroatividade benéfica: exceção ao postulado da irretroatividade – Art. 106 do CTN.....	115
4.7. Os sobreprincípios da isonomia (igualdade) e da justiça...117	
4.7.1. A individualização das “penas” e a equidade para a efetiva garantia do tratamento justo e isonômico na imposição das sanções tributárias..	121
4.7.2. O princípio da capacidade contributiva.....	129
4.8. O princípio do devido processo legal.....	130
4.8.1. A ampla defesa e o contraditório: a projeção adjetiva do devido processo legal	132
4.8.2. O princípio da proporcionalidade: a projeção substantiva do devido processo legal	136
4.9. O princípio da vedação ao confisco enunciado no art. 150, IV, da CF e as multas tributárias.....	146
4.9.1. A multa tributária confiscatória (des)proporcional: necessário sopesamento do dado concreto.....	151
4.10. Os princípios da presunção de inocência e do <i>in dubio pro reo</i>	155

AS SANÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO

CAPÍTULO 5 - CLASSIFICAÇÃO E ESPÉCIES DAS SANÇÕES TRIBUTÁRIAS.....	159
5.1. Classificações, em espécies, das sanções tributárias empreendidas pela doutrina	159
5.2. Classificações jurídicas: considerações necessárias	160
5.3. A classificação da sanção tributária em espécies se- gundo o caráter pecuniário: nossa proposta classifica- tória.....	162
5.4. As sanções tributárias não pecuniárias	164
5.4.1. As sanções restritivas de direitos e o exercício do <i>poder de polícia</i> pela Administração	165
5.4.2. A inconstitucionalidade das “sanções políticas” como instrumento para compelir o sujeito pas- sivo ao pagamento do tributo	168
5.4.2.1. A caracterização das “sanções políti- cas”: uma construção jurisprudencial... ..	169
5.4.2.2. O Supremo Tribunal Federal e o caso “American Virginia”: inovação no con- torno semântico das sanções políticas.. ..	175
5.4.2.3. Algumas hipóteses de sanções políticas.. ..	181
5.4.3. Perdimento de bens.....	191
5.4.3.1. A aplicação da sanção de perdimento de bens ajustada à garantia do devido pro- cesso legal.....	195
5.4.3.2. Exame da sanção de perdimento de bens no plano legislativo e jurispuden- cial	201
5.4.3.3. Algumas hipóteses de aplicação da san- ção de perdimento de bens.....	207
5.4.4. Apreensão de bens.....	214

MARIA ÂNGELA LOPES PAULINO PADILHA

5.4.5. A recusa de expedição de Certidão Negativa de Débito: limites e efeitos.....	221
5.4.5.1. A apresentação de CND como condição ao exercício de atos jurídicos	227
5.4.6. Regime especial de controle e fiscalização.....	247
5.5. As sanções tributárias pecuniárias	258
5.5.1. Breve distinção entre natureza indenizatória (ou reparadora) e sancionatória (ou punitiva ou repressiva) das prestações pecuniárias.....	261
5.5.2. A função repressiva da multa no Direito Tributário: a dicotomia equivocada entre multa de mora e multa punitiva	264
5.5.3. Multa de mora <i>versus</i> multa de ofício	267
5.5.3.1. Síntese analítica das regras-matrizes de incidência da multa de mora (RMIMM) e da incidência da multa de ofício (RMIMO)	276
5.5.4. Multa isolada	278
5.5.5. Multa qualificada e multa agravada	281
5.5.6. A função da base de cálculo no conseqüente das normas primárias que prescrevem sanções pecuniárias	283
5.5.6.1. A dimensão econômica do fato jurídico tributário a título de base de cálculo da sanção pecuniária	285
5.5.7. A graduação das sanções pecuniárias formais ...	290
5.5.8. Casos concretos na imposição de multas no Direito Tributário	299
5.5.8.1. As multas isoladas decorrentes de compensação não homologada e ressarcimento indevido.....	299

AS SANÇÕES NO DIREITO TRIBUTÁRIO

5.5.8.2. A aplicação concomitante da multa isolada por falta de recolhimento das estimativas mensais com a multa de ofício, exigida pela ausência de pagamento do IRPJ e da CSLL apurados no final do ano-calendário.....	306
5.5.8.3. A multa isolada aplicada por descumprimento de deveres instrumentais: matéria com repercussão geral reconhecida pelo Supremo Tribunal Federal	320
5.5.9. Juros de mora e correção monetária.....	323
5.5.9.1. O não pagamento da multa de ofício como hipótese de incidência dos juros de mora e a impossibilidade de anatocismo na cobrança de dívidas tributárias.....	331
CONCLUSÕES.....	335
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	363